

MACHADO DE ASSIS: O SENTIDO DE UM NOME

Felipe Mansur ¹

Resumo: Reconhecido como o principal escritor brasileiro, Machado de Assis constitui-se verdadeiro problema para o discurso historiográfico em literatura, fenômeno perceptível desde o princípio da formação da crítica a respeito de sua obra. A profunda condição irônica de seu discurso traduz-se em uma escrita dúbia, errante e que parece dar ao texto uma força constante de resignificação, permitindo que se estabeleçam, ao longo do tempo, novos diálogos com a sua crítica. Desvendar alguns mecanismos do texto machadiano em suas forças de presença e atualidade torna-se o objetivo principal deste trabalho, em que se procura identificar o autor como um *antimoderno* na conjuntura do pensamento do século XIX brasileiro.

Palavras-chave: Machado de Assis; Antimodernidade; Ironia

Por que ler Machado de Assis? Para que falar de Machado de Assis? Após mais de um século de crítica, qual seria o intuito de se falar, ainda, de Machado de Assis? Situada na segunda metade do século XIX, a obra literária de Joaquim Maria Machado de Assis consagrou-se na cultura nacional como o expoente máximo de nossa jovem literatura. Ou, pelo menos, como o *primeiro* grande expoente da muito jovem literatura brasileira. E compreendido o termo *brasileiro* como marca de diferença histórica, o discurso literário capaz de revelar ou problematizar *conscientemente* esse conceito ainda não completou dois séculos.

Analisando o século XIX como um todo, sabemos que nesse momento se formam as nações latino-americanas (mais ou menos) independentes, capazes de gradualmente engendrarem um discurso próprio, identitário, forjado em ideias de variados matizes: iluministas, liberais, românticos, positivistas, evolucionistas etc. É o século das forças ideológicas e dos grandes impactos tecnológicos transformadores da sociedade humana que culminariam nas grandes guerras, assim como nas intensas revoluções tecnológicas pelas quais passamos nos últimos cem anos. É nesse contexto moderno que emerge a literatura assumidamente brasileira, como sabemos, em que o adjetivo pátrio designa uma identidade política evidentemente *moderna*. E na segunda metade desse século surge Machado de Assis, cuja obra narrativa despertará inúmeros comentários na construção da crítica e da história da literatura brasileira.

¹ Doutor em Literatura Comparada pela UERJ, professor substituto do setor de Língua Portuguesa do CAP UFRJ e professor adjunto de Letras da Faculdade UNYLEYA. Contato: felipebmansur@gmail.com



E, ao voltarmos a Machado de Assis, voltamos ao diálogo com uma voz do século XIX, e mais: uma voz *brasileira* do século XIX. O que a princípio parece óbvio, pode não sê-lo caso nos deparemos com atenção a essa voz, cuja natureza estranha a seu tempo forma um outro discurso sobre esse mesmo século XIX – um outro discurso brasileiro desse tempo de transformações. *Devemos ler Machado de Assis, portanto, para descobrirmos uma outra possibilidade de discurso e de forma literária no Brasil do oitocentos* – justamente o século de sua formação. E, também, para nos contrapormos ao discurso histórico que deformaram ou recalçaram vários aspectos de sua obra ao longo do último século. Atacar esses pontos de conflito é dever da crítica atual.

Caso seja possível delinear os interesses atuais da crítica machadiana, seria imprescindível que voltássemos a alguns de seus momentos decisivos no passado recente. Seleciono aqui três deles: o ensaio de Antonio Candido, intitulado “Esquema de Machado de Assis”, publicado em *Vários escritos* (1970); o trabalho de Roberto Schwarz, iniciado em *Ao vencedor as batatas* (1977) e concluído em *Um mestre na periferia do capitalismo* (1990); e, por fim, as reflexões de Alfredo Bosi, apresentadas em *O enigma do olhar* (1999). A grosso modo, podemos afirmar que a base da crítica machadiana *contemporânea* no Brasil percorre o caminho iniciado por esses três autores, mesmo para aqueles que propõem novas leituras.

E quais seriam, afinal, as contribuições trazidas pelo trabalho desses três nomes igualmente basilares para a crítica brasileira? Sabemos, de fato, que Antonio Candido apresenta a condição primordial para um olhar sobre a narrativa de Machado: a de compreendê-la em torno do problema da *identidade*. Candido desdobra o problema por meio de questionamentos naturalmente surgidos da leitura de Machado de Assis: “Quem sou eu? O que sou eu? Em que medida eu só existo por meio dos outros? Eu sou mais autêntico quando eu penso ou quando existo? Haverá mais de um ser em mim?” (CANDIDO, 1995, p. 27). Em suma, a narrativa machadiana, cuja crítica havia girado na primeira metade do século XX, salvo raríssimas exceções, em torno de aspectos superficiais, ou apenas interessada em interpretações psicológicas e biográficas que mais falam daquele que escreve do que do objeto de sua escrita, começaria, a partir dos anos sessenta, a despertar o interesse crítico enquanto *fenômeno literário brasileiro*. Isto

é, como uma escrita *diferente, original, problemática* dentro do discurso literário nacional.

Ao fim de seu ensaio, Candido define o que mais o atraía, enquanto leitor de Machado, nas narrativas do autor: o tema da “transformação do homem em objeto do homem, que é uma das maldições ligadas à falta de liberdade verdadeira, econômica e espiritual.” (CANDIDO, 1995, p. 34) Por meio de breves exemplos dessa situação, denominada por ele “demônio familiar” nas narrativas de Machado, Antonio Candido delinea também o espectro a ser seguido na crítica sociológica, encabeçada por Roberto Schwarz. A teoria do “narrador volúvel”, solidificada na construção de *Um mestre na periferia do capitalismo*, havia recebido suas bases alguns anos antes em *Ao vencedor as batatas*. Nesses livros, Schwarz procura demonstrar de que forma as elites escravocratas do Brasil lidavam com as ideias liberais oriundas do pensamento moderno europeu. Fora de seu lugar de origem, a Europa Industrial, as ideias seriam deformadas e reformadas a caber neste lugar postiço, institucionalmente frágil, dominado pelo primado da *posse* (de terra, de cargos, de pessoas). E se em sua denominada primeira fase, Machado apresentaria por meio do jogo social as forças que emanam dessa estrutura peculiar de sociedade capitalista, seria justamente na segunda fase, inaugurada por *Papéis avulsos* (1878) e *Memórias póstumas de Brás Cubas* (1881), que Machado encontraria um estilo inigualável e poderoso: daria ao membro dessa elite a voz de suas narrativas, oferecendo ao leitor um discurso volúvel e suspeito. Em suma, devemos ler as memórias de Brás Cubas e de Bento Santiago, possivelmente os escravocratas mais famosos da literatura brasileira, com o objetivo de observar as incongruências e defeitos morais daqueles que narram, cujo discurso era formado por “ideias postiças”, meras falácias importadas de escritos desconectados de sua origem e, quase sempre, moralizantes; em outras palavras, devemos lê-los para atacá-los na fragilidade ética e intelectual de seus discursos – já que são membros simbólicos, isto é, representam a figura do *tipo*, da elite brasileira. Essas seriam, de forma muitíssimo abreviada, as ideias fundamentais trazidas por Roberto Schwarz que formaram a leitura sociológica da obra de Machado.

A contribuição de Alfredo Bosi, igualmente importante, dá-se em outros termos. Reunidos em *O enigma do olhar*, conjunto de textos escrito nos anos 70 e 90, os caminhos oferecidos pelo crítico passavam pela figuração do olhar na composição



narrativa de Machado. Olhar para o outro, olhar para si mesmo. As diversas vozes presentes nas narrativas machadianas revelariam, por meio do ato de olhar, o movimento identificado por Antonio Candido como o ponto inicial das reflexões sobre o texto machadiano: a dúvida sobre a identidade. É através do próprio olhar e da contemplação sobre o olhar do outro que personagens se medem, identificam-se e fabricam ilusões, revelam incertezas, insinuam mesmo a reflexão. José Luiz Passos, no recente *Romance com pessoas* (2014), estabelece, justamente, que seria por meio do olhar que a narrativa machadiana construiria, na acepção do crítico, “o conceito moderno para a pessoa humana” na literatura brasileira. Passos destaca como exemplo desse procedimento logo o primeiro momento de Machado de Assis romancista: o começo de *Ressureição* (1872), em que Félix, protagonista, dirige seu olhar ao céu, enquanto o olhar do narrador perscruta sua consciência, que está, na verdade, olhando para dentro, no ato de reflexão do protagonista sobre sua vida. Tomado como exemplo, o trecho é breve e fácil de ser percebido em seus recursos expressivos. É texto de iniciante, ainda que de Machado de Assis. O crítico observa essa situação como ideal para se perceber a formação do olhar no decorrer da narrativa machadiana, que se desdobraria em diversas e mais complexas situações, e talvez encontrando em *Dom Casmurro* sua figuração mais marcante.

Em resumo, tudo isso já havia sido sugerido por Alfredo Bosi em *O enigma do olhar*, naquilo que ele define como a diferença do romancista Machado para seus contemporâneos: a capacidade de aprofundamento dos tipos sociais, construindo personagens que se definem justamente como pessoas. A distinção entre os dois conceitos é evidente e se resguarda em seus significados: o tipo é genérico, a pessoa, não. Enquanto escritor de ficção do século XIX, Machado de Assis não pode escapar da figuração do tipo social que percorre toda a estrutura narrativa das obras de sua época. Autores de inspiração romântica ou naturalista permearam de realidade social seus romances por meio do tipo – recurso identificável e, portanto, de acesso seguro de comunicação com os leitores. Com Machado de Assis não foi diferente, sobretudo em alguns contos de formulação moralista e em alguns personagens periféricos de seus romances. Contudo, gradativamente, utilizando com frequência o recurso do aprofundamento reflexivo, figurado no olhar de Félix linhas atrás, Machado revelou as *pessoas* que constroem as vozes em seus romances e contos, cujos desejos e interesses



nem sempre obedecem às indicações dadas pela identidade do tipo. Em outras palavras, Machado construiu “situações ficcionais”, para voltarmos ao ensaio de Antonio Candido, capazes de demonstrar os dilemas e contradições internas presentes na pessoa que se encontra por detrás da figura do tipo. Contrapõe-se ao olhar de fora, que nos identifica para o outro, o olhar do sujeito que questiona a si mesmo e que tenta sobretudo dar sentido a sua existência.

Em ambos os casos, no estudo de Bosi e no de Passos, atribui-se esse “método” à influência incomum sofrida por Machado quando comparado aos escritores daquele período. Enquanto Passos identifica em Shakespeare a fonte possível para essa diferença do leitor e escritor Machado de Assis, Bosi observa a presença dos moralistas franceses dos séculos XVII e XVIII, como La Rochefoucauld e Pascal, além de outras obras igualmente deslocadas da modernidade, assim como o Antigo Testamento (sobretudo nos livros de Jó e de Eclesiastes, notáveis influências para Machado). São ideias e livros realmente fora *do lugar e do tempo*.

Em suma, nos últimos cinquenta anos, a crítica machadiana passou a observar com mais interesse a relação entre as narrativas de Machado de Assis e seu tempo. O escritor carioca que, no auge da modernidade triunfante estabeleceu uma voz diferente daquela que fora utilizada por seus contemporâneos. Não desenvolveu o olhar pelo exotismo e cor local brasileiros, recusou as fórmulas morais típicas de uma forma romanesca convencional e conservadora, assim como também não se interessou pela perscrutação científica de influência francesa de fim de século. E para tal, voltou seu olhar ao passado, como o anjo benjaminiano (nesse caso já transformado pela visão de Pandora) e buscou certa inspiração antimoderna em uma época mais ou menos distante, mas igualmente estranha aos olhos da modernidade de seu tempo. *E é este o ponto finalmente a que me atenho e de onde quero partir: a anti-modernidade entendida como estratégia fundamental para a interpretação contemporânea da narrativa machadiana.*

É de Alfredo Bosi, inclusive, a inspiração para o termo estratégia. “Distanciamento estratégico”, assim se refere o autor a respeito da posição de Machado “em face das convenções de seu tempo” (BOSI, 1999, p. 158). O termo estratégia, portanto, precisa ser aqui entendido em sua potencialidade. A estratégia é uma ação de controle, procura dar sentido a um todo disforme. Por isso mesmo implica encontrar soluções, saídas para um determinado problema.



O problema para Machado foi expresso por ele em sua “Notícia da atual literatura brasileira”, de 1873, comumente conhecida como “Instinto de nacionalidade”. A saber: a própria literatura brasileira, ainda em fase de formação, refletindo em sua diversidade de temas, gêneros e talentos a pobreza do próprio sistema cultural do país, carente de instituições, leitores, traduções, editoras etc. Ainda que de certa forma sensível à situação do escritor brasileiro em um país muito jovem, Machado, neste momento já autor de seu primeiro romance, aponta claramente as fraquezas da ficção brasileira, dentre elas, justamente, as “convenções de seu tempo”, evidenciadas não apenas nas produções de autores presos aos esquemas de um certo localismo centralizador ou de narrativas de costumes (gênero, inclusive, rechaçado por Machado no prólogo de seu primeiro romance), mas também na própria expectativa de leitura, isto é, a realidade do público brasileiro em face das limitações de seu tempo. Machado salienta a ausência de narrativas de adensamento moral, sendo os romances quase sempre “bons”, ou seja, adequados à expectativa do senso comum, incapazes de promover o choque ou a reflexão. Um sistema limitado que se retroalimentava dentro da própria limitação. Nem a crítica, instituição à época fundamental ao aprofundamento da relação da literatura com o público, ocupa algum espaço no Brasil em 1870, como indica Machado, ao analisar sua ausência como sintomática para o quadro muito simples da literatura brasileira de sua época.

Seguindo a pista de Alfredo Bosi, portanto, podemos agora ampliar suas ideias a respeito do “distanciamento estratégico” para chegarmos à antimodernidade machadiana e sua importância para a literatura como a entendemos. Machado de Assis estabelece uma estratégia para a construção de sua prosa ficcional que se define pelo distanciamento em relação aos contemporâneos. O que Machado definiria como os defeitos de seu tempo, considerando o Machado crítico, e não somente no ensaio sobre a literatura brasileira, mas também no célebre texto sobre *O primo Basílio*, de 1878, resume-se pela leitura do Capítulo XIV das *Memórias póstumas de Brás Cubas*, chamado “O primeiro beijo”, em que o cavalo emerge como metáfora literária capaz de representar o desinteresse machadiano sobre as “escolas artísticas” e seu convencionalismo, forças que seriam anuladas pelo seu estilo narrativo. Na passagem, o narrador Brás Cubas compara o estilo romântico à imagem de um belo corcel “rijo e



veloz”, enquanto explica o estilo realista/naturalista como o esgotamento desse mesmo corcel, agora caído morto e “comido de lazeira e vermes” (ASSIS, 1997, p. 30)

Em outras palavras, a voz machadiana, entendida aqui como o conjunto de forças que determinam a *originalidade* de seu estilo narrativo, irá se desenvolver a partir de um distanciamento em relação a seu tempo. A marca de Machado de Assis na prosa literária de fim de século XIX se dá por meio da negação do estilo e, de certo modo, da ideologia desse mesmo século. Antoine Compagnon identifica esse tipo de traço como *antimodernidade*, fenômeno analisado por ele em solo francês e em que se encontra a filiação de escritores tão diversos como Chateaubriand, Baudelaire e Roland Barthes, por exemplo. A antimodernidade francesa não poderia ser a brasileira, naturalmente. As ideias, postas numa analogia simplificadora, estariam novamente “fora do lugar”, já que a modernidade aqui não foi como a de lá. Nossa modernidade, é fundamental acrescentar, foi (e continua sendo) ainda mais perversa, já que mantinha (e mantém) insepulta a máquina da escravidão. Mas isso não impediu que estivéssemos impregnados de racionalistas, iluministas, positivistas, darwinistas, spenceristas, mesmo que sem qualquer espírito de revolução.

Mas ainda que distante do fundamento da revolução, que determina a própria ideia de moderno, nossa sociedade foi, no período denominado modernidade, absolutamente francófona, como sabemos. Traduzimos e imitamos os franceses, fosse na arquitetura, no vestuário, na literatura, enfim, nos *hábitos de consumo burguês*, que provincianamente começávamos a tatear. E ainda que tenhamos aqui simplificado excessivamente as ideias de uma época, e era necessário que assim fosse, o que pretendo demonstrar é que por todas essas forças da modernidade passava (como ainda passa) o *leitmotiv* do progresso. As ideias vindas das ciências modernas europeias traziam em si o *legado da atualização do pensamento, o que sempre pressupõe progresso*. Desse modo, pretendo resumir a antimodernidade, neste estudo de Machado de Assis, naquilo que Compagnon define como seu traço mais visível: “a contestação permanente da lei do progresso”. (COMPAGNON, 2011, p. 62) Os antimodernos preferem Pascal a Descartes, afirma Compagnon, assim como Machado, lembrando das observações de Bosi – e de outros críticos machadianos.

Desse modo, portanto, podemos agora considerar que a diferença da escrita machadiana reside em sua *antimodernidade*, refletida em seu estilo diverso das



orientações de sua época, inclinado a não seguir ideologicamente a ficção comum de seu tempo. A ideologia burguesa, que deposita fé no individualismo e no progresso, faces de uma mesma moeda, está no cerne das estéticas de seu tempo, e, desse modo, o distanciamento de Machado poderia, enfim, ser entendido em toda sua potencialidade crítica.

Colocados hoje lado a lado os ensaios críticos e a sua ficção mais madura, podemos ter uma visão mais abrangente do problema em torno do nome Machado de Assis na literatura brasileira. Em relação ao sentido da *história da literatura brasileira*, isto é, ao discurso que discute a identificação da literatura com o sentido histórico de ser *brasileiro*, o autor se encontra mesmo fora do lugar. Ao menos fora *deste* lugar ocupado pela escrita típica de seu tempo, pelo pensamento moderno do século XIX.

O português Abel Barros Baptista, em *A formação do nome* (1991), observa a relação íntima existente entre a literatura brasileira retratada por Machado em seu ensaio e o próprio conceito de Brasil, recém-inaugurado como Estado Nação. A literatura brasileira do século XIX, por representar o efetivo *começo* da literatura nacional, deve lidar com o problema do próprio começo, como Baptista explica. Esse problema é a herança europeia, mais especificamente, a portuguesa. A saída, a estratégia nacionalista, é fartamente conhecida: dá-se pela escolha pela *cor local*, lugar comum exaustivamente trabalhado no ideário da literatura brasileira. Pois no século XIX essa saída era a alternativa *moderna* em literatura – é a que assumia a função do novo como construtor do progresso. Aproveito para citar uma breve passagem de *A formação do nome*:

a novidade consiste na atribuição de sentido patriótico à atividade literária, que seria a característica própria do romantismo brasileiro e modo feliz de associar as “sugestões externas” com as “tendências locais”. O sentido patriótico aparece, em primeiro lugar, na atribuição à literatura de uma finalidade que está para além da própria literatura.

[...] a consciência da nacionalidade, em território brasileiro, começou por ser forma específica da consciência da modernidade. Aliás, uma vez que se tratava de iniciar novo caminho, e não de corrigir ou alterar um percurso herdado, a modernidade da literatura tornava-se condição de sua nacionalidade. (BAPTISTA, 27, 28)

Mas se, por outro caminho, considerarmos *literatura brasileira* como expressão de uma *linguagem brasileira*, teremos, talvez, neste Machado ficcionista, encontrado o elemento radical que permite discutir nossa própria condição nacional. Ora, quando o nome principal dessa instituição denominada literatura brasileira é alguém que se fez de



certa forma *fora* dela, fora de seu espectro ideológico dominante, o da modernidade e do progresso, esse mesmo nome também se oferece como possibilidade de expressão, paradoxalmente, anticanônica, por assim dizer. Em outras palavras, se a ficção machadiana é fruto de uma postura contrária à que dominou o discurso literário brasileiro por praticamente um século, resta saber o que ela nos dá de diferente desse discurso hegemônico identificado na *história* da literatura brasileira.

O caminho proposto aqui, então, é orientado pela compreensão de que o estilo de Machado cria uma estratégia discursiva que não permite que o local da significação de seu texto seja fixo, inserido passivamente em algum ponto da escala evolutiva do pensamento ocidental. Sua ironia marcadamente *antimoderna* abala, justamente, a própria concepção positivista desse mesmo pensamento, que se metamorfoseará em nomes como modernização e desenvolvimento. A respeito da escolha de estabilizar essa ironia, por parte de Roberto Schwarz, por exemplo, quando o crítico determina o “segredo” da narrativa machadiana, Patrick Pessoa, autor de *A segunda vida de Brás Cubas*, observa que

ao escrever *Um mestre na periferia do capitalismo*, parece-nos que o autor privilegiou excessivamente a contribuição de Machado de Assis a uma reflexão (e a partir de) a periferia do capitalismo, mas silenciou violentamente um aspecto de seu pensamento que, ultrapassando a circunstância sociopolítica imediata, o transforma em um clássico – um mestre. [...]

Nesse sentido, é preciso combater as interpretações das *Memórias póstumas* que estabilizam a ironia de Brás Cubas, atribuindo-lhe um sentido último, seja filosófico ou ideológico. (PESSOA, 2008, p. 226 e 230)

Soma-se, ainda, à observação de Pessoa, que o próprio conceito de periferia utilizado por Schwarz também pode ser repensado. O conceito de periferia na interpretação do autor é determinado também por essa mesma ação estabilizadora. Seu método de análise parte do ataque às premissas liberais, europeias e brancas, claramente presentes na retórica dos narradores, a fim de evidenciar a hipocrisia e manutenção de uma ordem escravocrata e aristocrática em pleno limiar do século XX. Periferia do mundo que somos, a sociedade brasileira passa a replicar toscamente os padrões discursivos e a se submeter à dominação capitalista das nações centrais, europeias. Contudo, a abordagem crítica aqui proposta permitiria modificar essa conceituação,



acrescentando outra possibilidade, a de ser o próprio discurso moderno o alvo da estética machadiana, não apenas sua condição estrangeira diante da realidade brasileira.

As noções em torno do periférico na obra de Machado de Assis foram ampliadas e melhor direcionadas a partir de *Machado de Assis afrodescendente* (2003), de Eduardo de Assis Duarte. O livro realiza uma detalhada leitura (e uma antologia) a respeito da presença na obra de Machado do discurso relativo à condição dos descendentes de africanos na sociedade brasileira do século XIX, passando pela crítica literária, as crônicas de jornal, os contos e romances do autor, também um afrodescendente. O trabalho de Assis Duarte se apresenta como uma resposta elucidativa àqueles que ainda consideram o texto machadiano um universo estranho à afirmação e denúncia da condição periférica no Brasil. A passagem abaixo resume o ponto de vista crítico que a análise do livro oferece:

A escravidão alicerça a ordem imperial, e a forma envergonhada com que é admitida pelos setores bem pensantes – adeptos do liberalismo de fachada com que se traveste, desde a independência, a defesa do regime -, bem demonstra o quanto de hipocrisia se insere no discurso das elites.

Machado não compartilha nem endossa em seus escritos tal pensamento. Caso o fizesse, estaria de braços dados com a recusa ao pertencimento étnico, a que tantos negros e mulatos “de alma branca” aderiram, inclusive intelectuais do porte de Tobias Barreto, entre outros. Nos escritos machadianos não se veem em nenhum momento palavras de apoio, mesmo que implícito ou subentendido, à escravidão. Nem se encontram estereótipos recorrentes cujo foco é a desumanização dos afrodescendentes. Todavia, a forma dissimulada, homeopática, com que vai introduzindo a questão étnica e a crítica ao escravismo foi vista como absentismo e denegação de suas origens. A tese encontra um possível respaldo no fato de o autor não ter assumido abertamente uma postura militante no âmbito do movimento abolicionista, opção esta que, de resto, iria de encontro à maneira discreta e “encaramujada” (como bem define Astrojildo Pereira) que pautou seu comportamento ao longo da vida. No entanto, a partir da leitura dos textos presentes nessa Antologia **torna-se impossível concordar com a ideia de um escritor omissos**. Iniciamos, pois estas observações pela premissa de que **existe, sim, o pertencimento étnico traduzido em literatura, inscrito na abordagem do tema e, sobretudo, no lugar discursivo em que se coloca o sujeito da enunciação**. (DUARTE, 2003, p. 242, 243 grifos meus)



Compromisso e pertencimento étnico, então, seriam categorias presentes na obra do maior escritor brasileiro, o afrodescendente Joaquim Maria Machado de Assis, como demonstra a antologia feita por Eduardo de Assis, e o ensaio na parte final da obra, em que aborda aspectos gerais dessas categorias no texto machadiano, intitulado, justamente, “Estratégias de caramujo”. O apelido de caramujo atribuído a Machado, dada sua personalidade social discreta, agrega-se a seu estilo irônico e obtuso. Compreender os meandros e estratégias desse estilo torna-se, assim, fundamental para a devida análise dessas categorias da *diferença* no texto machadiano

“Todavia, para refletir sobre as marcas de afro-descendência presentes nos textos, não há como descartar as estratégias de caramujo empreendidas pelo autor. Machado nunca opta pelo confronto aberto. Ao contrário, vale-se da ironia, do humor, da diversidade de vozes, e de outros artifícios para inscrever seu posicionamento. (DUARTE, 2003, p. 243)

Desse modo, analisar as escolhas estéticas de Machado, as influências de seu estilo diverso, sua crítica ao racionalismo positivista, seu ceticismo quanto às ideologias burguesas, em duas palavras, sua *antimodernidade*, implica observar a *diferença* do autor em relação a seus contemporâneos e, por consequência, a sua própria época. O trabalho, então, de se repensar o discurso literário machadiano a partir desse olhar obriga-nos a, também, reler as considerações (ou o silêncio) a respeito desse mesmo tópico na crítica sobre a obra do autor.

Desvendar os lugares das vozes periféricas em relação à voz hegemônica (personificada muitas vezes no próprio narrador) nos textos de Machado exige analisar justamente o lugar desses sujeitos na sociedade brasileira – tanto no momento de criação da obra, o século XIX, quanto no de sua recepção histórica, o século passado (e o atual). Em quaisquer deles, grosso modo, convivemos paradoxalmente com uma ordem constitucional (mais ou menos livre) baseada na segregação e no racismo, em que aquele que fala é branco e o que se cala, negro. É preciso, pois, diante da obra do maior escritor brasileiro e da fortuna crítica que se desdobrou sobre ela, dar visão à representação daqueles que em nossa sociedade são proibidos de falar, e que às vezes, para tal, precisam se passar por um “grego da maior época” (citando, aqui, o

abolicionista Rui Barbosa ao criticar o adjetivo “mulato” utilizado por José Veríssimo em uma crítica logo após a morte de Machado) para revelar o sentido hipócrita do discurso da maioria. Do esquema sociológico de Schwarz, solicitamos uma visada antropológica, que permita um salto maior do que a representação das classes do século XIX, mas a afirmação do discurso múltiplo, diferente e contrário à ordem vigente, que ainda se encontra segregado e recalcado em plena democracia do terceiro milênio. Seja pelo *riso provocador* de Pandora, seja pelo *silêncio* provocativo de seus textos, a narrativa de Machado parece antever o veredito de Foucault a respeito das certezas que guiam o pensamento moderno e progressista de ontem e de sempre:

A todos os que pretendem ainda falar do homem, de seu reino ou de sua libertação, a todos os que formulam ainda questões sobre o que é o homem e sua essência, a todos os que pretendem partir dele para ter acesso à verdade, a todos os que, em contrapartida, reconduzem todo conhecimento às verdades do próprio homem, a todos os que não querem formalizar sem antropologizar, que não querem mitologizar sem desmistificar, que não querem pensar sem imediatamente pensar que é o homem que pensa, a todas essas formas de reflexão canhestras e distorcidas, só se pode opor um riso filosófico – isto é, de certo modo, silencioso. (FOUCAULT, 2007, p. 473).

Referências bibliográficas:

- ASSIS, Joaquim Maria Machado de. *Memórias póstumas de Brás Cubas*. Rio de Janeiro: Globo, 1997. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2008.
- BAPTISTA, Abel Barros. *A formação do nome*. Campinas: Ed Unicamp, 2003.
- BOSI, Alfredo. *Machado de Assis: o enigma do olhar*. São Paulo: Ática, 1999.
- CANDIDO, Antonio. *Vários escritos*. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1995.
- COMPAGNON, Antoine. *Os antimodernos: De Joseph de Maistre a Roland Barthes*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.
- DUARTE, Eduardo de Assis. *Machado de Assis: afrodescendente*. Rio de Janeiro / Belo Horizonte: Pallas / Crisálida, 2007.
- FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas*. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- PASSOS, José Luiz. *Romance com pessoas*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2014.
- PESSOA, Patrick. *A segunda vida de Brás Cubas*. Rio de Janeiro: Rocco, 2008.
- SCHWARZ, Roberto. *Ao vencedor as batatas*. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1992.
- _____. *Um mestre na periferia do capitalismo*. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 2000.